

## MULHERES RURAIS SEM TERRA: GÊNERO, TRABALHO E SAÚDE MENTAL

GABRIELA MARQUES DE LARA<sup>1</sup>; CAMILA PEIXOTO FARIAS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [gabriela.marques.de.lara@gmail.com](mailto:gabriela.marques.de.lara@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [pfcamila@hotmail.com](mailto:pfcamila@hotmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma pesquisa em andamento, desenvolvida como requisito para a conclusão do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas e vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise da UFPEl (Pulsional). O objetivo é analisar, a partir de uma escuta situada, as narrativas de mulheres rurais Sem Terra sobre suas experiências em saúde mental, considerando as intersecções entre raça, classe e luta coletiva. Busca-se compreender os sentidos atribuídos à saúde mental, investigar como o trabalho produtivo e reprodutivo impactam a experiência subjetiva dessas mulheres e refletir sobre os efeitos dos vínculos entre mulheres organizadas em movimentos sociais.

Essa escrita nasce da vivência de uma mulher Sem Terra que, hoje, como estudante e pesquisadora, sente a necessidade de evidenciar histórias não contadas. Considera-se, ainda, a escassez de trabalhos que tematizam as experiências de mulheres rurais, e mais raros ainda os que abordam as narrativas de mulheres do MST. No campo da saúde mental, essas lacunas também são evidentes, sendo poucas as produções que tratam das populações do campo (Neto & Dimenstein, 2027, p. 1661).

Assim, a pesquisa parte de um corpo político, pois emerge da vivência em assentamentos da Reforma Agrária, mas também carrega um sentido coletivo, ao atravessar trajetórias de tantas mulheres que, assim como minha mãe, lutaram por terra, direitos e dignidade. Pensar nas questões que atravessam a população rural exige compreender a diversidade de realidades que compõem esse meio, considerando suas especificidades sociais, culturais e econômicas.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, mais de 14 milhões de mulheres residem na zona rural, correspondendo a 7,4% da população brasileira. Destas, 4,3 milhões trabalham diretamente no campo, em atividades ligadas à agricultura, pecuária e extrativismo (IBGE, 2017). No Rio Grande do Sul, existem 345 assentamentos da Reforma Agrária, reunindo mais de 12 mil famílias em 98 municípios (RIO GRANDE DO SUL, 2023).

Em termos de saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde (2019) aponta que 7,6% da população rural possui diagnóstico de depressão. Entre as mulheres com 18 anos ou mais, esse índice chega a 14,7%, contra 5,1% entre os homens (IBGE, 2020, p. 69). Ressalta-se que o dado referente às mulheres corresponde ao total das entrevistadas, sem distinção entre áreas urbana e rural. Outro fator preocupante é a violência, que assume formas físicas, psicológicas, sexuais e patrimoniais (Stochero & Pinto, 2023, p. 3). O isolamento geográfico, as dificuldades de transporte e de comunicação potencializam essas violências, dificultando denúncias (Stochero & Pinto, 2024, p. 2). A PNS de 2019 confirma esse cenário ao apontar que, na zona rural, 18% das mulheres relataram violência psicológica, 4,3% física e 1,4% sexual nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Diante desse cenário, torna-se fundamental produzir conhecimento que dê visibilidade às experiências das mulheres rurais Sem Terra, reconhecendo seus

modos de viver, resistir e cuidar da saúde mental em meio às adversidades impostas pela desigualdade de gênero, classe e território.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa trata-se de um estudo qualitativo que, a partir de uma escuta situada (Haraway, 1995), considera as narrativas e experiências subjetivas como centrais para compreender a realidade vivida pelas mulheres rurais Sem Terra. O método qualitativo permite explorar os sentidos e percepções dessas trabalhadoras em relação à saúde mental, vínculos e resistência no meio rural. Assim, não se trata de uma pesquisa neutra, mas de uma construção situada, como orienta Haraway (1995, p. 21): “Precisamos aprender em nossos corpos [...] a nomear onde estamos e onde não estamos”.

Alinhado a essa perspectiva, o trabalho se articula ao método psicanalítico de pesquisa, que entende o encontro entre sujeito e escuta como espaço de manifestação da singularidade. A pesquisa, portanto, se constrói a partir da relação entre pesquisadora e participantes, não apenas ouvindo narrativas, mas construindo sentidos coletivos. Para tanto, será realizada uma entrevista semi-estruturada em um encontro individual, com o objetivo de investigar as narrativas sobre saúde mental, considerando intersecções entre raça, classe e luta coletiva. Também será preenchida uma ficha sociodemográfica para melhor contextualização.

A população-alvo é composta por mulheres trabalhadoras rurais de assentamentos da Reforma Agrária vinculadas ao MST, por meio de atividades coletivas como encontros de mulheres, grupos de produção e reuniões do movimento. A previsão é de duas participantes. A entrevista seguirá os princípios da escuta psicanalítica (Bastos, 2009, p. 96), com perguntas abertas, favorecendo fala espontânea e fluida. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas pela estratégia clínico-interpretativa, que busca acessar sentidos produzidos pelos sujeitos por meio de escuta atenta e situada (Dockhorn & Macedo, 2025). A coleta só ocorrerá após aprovação no Comitê de Ética, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o rigor ético da pesquisa.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

É bastante comum que, nas discussões sobre o contexto da zona rural, os homens sejam implicitamente colocados como protagonistas. No entanto, neste trabalho, voltamos o olhar para as mulheres, as camponesas que historicamente foram excluídas dos espaços de decisão, do acesso à terra e de direitos (Federici, 2017). Para tanto, abordaremos alguns dos pontos levantados no decorrer da pesquisa.

A zona rural, para além de um espaço geográfico, representa um território marcado por disputas, poder e resistências coletivas. É isso que aponta a filósofa Silvia Federici (2017) ao afirmar o papel crucial do capitalismo nesse cenário de conflitos. Durante a transição do feudalismo para o capitalismo, entre os séculos XV e XVII, houve intenso processo de privatização das terras comunais. Como consequência, milhares de famílias camponesas perderam seu direito à terra, sendo obrigadas a migrar para a cidade e vender sua força de trabalho para o mercado assalariado (Federici, 2017). Nesse processo, as mulheres foram duramente atingidas, excluídas do mercado de trabalho formal e restritas às

tarefas domésticas, que garantem a manutenção e reprodução de mais mão de obra para o sistema capitalista (Federici, 2017).

Desta forma, entende-se como trabalho produtivo aquele que gera renda e reprodutivo, aquele relacionado à manutenção e reprodução da força de trabalho, como os cuidados da casa, dos filhos e idosos (Kergoat, 2009). Ainda segundo a autora, a divisão social do trabalho é norteadas por dois princípios: separação e hierarquização. O primeiro indica trabalhos de homens e outros de mulheres; o segundo relaciona-se com o valor, afirmando que o trabalho masculino vale mais. No campo, a rotina das mulheres rurais é marcada por longas horas de trabalho, tanto na terra quanto nos serviços domésticos, ambos desvalorizados e invisibilizados, pois o trabalho na roça é visto como “ajuda” e o doméstico como “amor” (Federici, 2017). Portanto, as mulheres rurais não têm nenhuma das atividades que desempenham reconhecidas efetivamente como trabalho produtivo. Isso impacta diretamente em suas (im)possibilidades de existência e de romper com lógicas de subalternização.

Embora políticas públicas tenham avançado, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher), ainda existem barreiras no acesso à terra, crédito e aposentadoria (BRASIL, 2025), somadas à distância geográfica de serviços essenciais. Nesse contexto, destacam-se as mulheres Sem Terra, acampadas e assentadas organizadas no MST, que acreditam na luta coletiva como caminho para transformações sociais. Lutam por direitos, melhores condições de vida, criação de novos assentamentos, ampliação de créditos para produção de alimentos saudáveis e incentivos à agroindústria como forma de promover trabalho e sustentabilidade para as famílias assentadas (MST, 2025).

#### 4. CONCLUSÕES

A reflexão aqui proposta permite compreender como as lógicas sociais de subalternização atravessam a vida das mulheres rurais, produzindo múltiplas formas de invisibilização. Nesse sentido, a pesquisa consiste em evidenciar, a partir de uma escuta situada, as experiências de saúde mental de mulheres rurais, frequentemente invisibilizadas nas produções acadêmicas e nas políticas públicas. Em vista disso, ouvir as suas experiências e narrativas é imprescindível para a construção de estratégias de cuidado em suas dimensões singular e coletiva, como também de políticas públicas alinhadas a esse contexto social.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A escuta psicanalítica e a educação. **Psicol inf.**, São Paulo , v. 13, n. 13, p. 91-98, out. 2009 . Disponível em: acessos em 17 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MDA). **Pronaf: 10 linhas de financiamento tiveram redução, duas de custeio e oito de investimento.** Portal Gov.br, Brasília, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/pronaf-10-linhas-de-financiamento-tiveram-reducao-duas-de-custeio-e-oito-de-investimento>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DOCKHORN, C. MACEDO, M. Estratégia Clínico-Interpretativa: Um recurso à pesquisa psicanalítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Out-Dez 2015, v. 31 n. 4, pp. 529-535

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7- 41, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2017: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 10 maio 2025.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, p. 67-75, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Mulheres do MST divulgam carta à sociedade sobre Jornada das Mulheres Sem Terra**. MST, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/03/13/mulheres-do-mst-divulgam-carta-a-sociedade-sobre-jornada-das-mulheres-sem-terra/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

NETO, M. C. C.; DIMENSTEIN, M. Cuidado psicossocial em saúde mental em contextos rurais. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 1653–1664, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Assentamentos rurais. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais>. Acesso em: 10 jul. 2025.

STOCHERO, L.; PINTO, L. W. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e210595pt, 23 out. 2023.

STOCHERO, L.; PINTO, L. W. Prevalência e fatores associados à violência contra as mulheres rurais: um estudo transversal, Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, p. e20452022, 8 jan. 2024.